



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero, feminismos,
raça/etnia, sexualidades**

Sub-eixo: Relações Patriarcais de gênero, sexualidade, raça e etnia

**SERVIÇO SOCIAL E AS RELAÇÕES SOCIAIS GENERIFICADAS E RACIALIZADAS DO
CAPITALISMO: DEBATES ENTRE TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL E DECOLONIALIDADE**

RAYANE NORONHA OLIVEIRA¹

RESUMO:

A partir da compreensão da existência concreta da classe trabalhadora como generificada e racializada, o presente trabalho objetiva realizar um debate introdutório que contribua para a instrumentalidade do Serviço Social, por meio de uma reflexão teórico-metodológica fundamentada no feminismo-marxista da Teoria da Reprodução Social, em diálogo com os estudos decoloniais.

Palavras-chave: Teoria da Reprodução Social. Decolonialidade. Serviço Social. Totalidade.

RESUMEN:

Desde la comprensión de la existencia concreta de la clase trabajadora como generizada y racializada, el presente trabajo pretende realizar un debate introductorio que contribuya a la instrumentalidad del Servicio Social, a través de una reflexión teórico-metodológica sustentada en el feminismo marxista de la Teoría del Reproducción social, en diálogo con los estudios decoloniales.

Palabras clave: Teoría de la Reproducción Social. Decolonialidad. Trabajo Social. Totalidad.

INTRODUÇÃO

O Serviço Social brasileiro, historicamente constituído enquanto uma profissão feminilizada, está inscrito nas relações sociais contraditórias da passagem do capitalismo

¹ Universidade Federal da Paraíba

concorrencial para o monopolista. Uma profissão que emerge das condições concretas da sociedade capitalista e que não pode ser apreendida de forma endógena, sendo, necessariamente, intrínseca às relações sociais históricas do modo de produção capitalista. Essa profissão, subsumida ao movimento do capital, sofre os constrangimentos do trabalho assalariado, refletindo na relativa autonomia, no que se refere à intervenção profissional, que não pode prescindir de uma instrumentalidade dialética, capaz de responder às demandas postas no cotidiano profissional expressas de forma imediata e aparente.

Hoje podemos afirmar que além de feminilizada, somos uma profissão com grandes marcas de racialização não-branca conformada por um perfil profissional com tendência a ser majoritariamente parda e preta (CFESS, 2024). Se levarmos em consideração apenas a aparência do nosso perfil profissional, já nos deparamos com a relevância de assimilarmos e apreendermos com maior profundidade a relação entre classe, gênero e raça. Ao nos remetermos ao perfil dos/as nossos/as usuários/as, cada dia mais pauperizados/as, que nos chega, diariamente, com demandas urgentes, essa relevância se torna ainda mais pulsante, pois, as principais usuárias das políticas sociais, que podem minimamente diminuir as inequidades sociais, são as pessoas negras, em especial, as mulheres negras.

Mulheres negras que quando se movem, toda a estrutura política e social se movimenta na sociedade, como bem afirma Angela Davis, afinal, de acordo com a mesma autora (Davis, 1997), o gênero e a raça são nada mais do que a forma que a classe é vivida e experienciada. Ao entendermos melhor quem são e como vivem as mulheres negras conseguimos também compreender um alicerce da reprodução social da sociedade capitalista, no Brasil. Nesse sentido, temos como ponto de partida, para o desenvolvimento deste trabalho, o entendimento de que produção e reprodução social são dimensões dialeticamente articuladas conformando uma unidade indissociável – uma chave heurística de elaboração da Teoria da Reprodução Social (Ruas, 2021; Oliveira, 2021; Vogel, 2022; Ferguson, 2017; Ferguson; McNally, 2022).

Nesse sentido, no presente texto, pretendemos realizar um debate introdutório, por meio de uma reflexão teórico-metodológica, fundamentada na Teoria da Reprodução Social, em diálogo com algumas contribuições dos estudos decolônias, que potencialmente pode contribuir para a instrumentalidade dialética do Serviço Social. Desse modo, espera-se contribuir no desenvolvimento de uma análise que não fragmente ou desarticule a relação entre classe, gênero e raça, assumindo que a existência concreta da classe trabalhadora é generificada e racializada. Para tanto, na primeira parte do texto, haverá o desenvolvimento de um esboço teórico-reflexivo



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

que situe as contribuições a partir da TRS e dos estudos decoloniais. Após, iremos realizar uma breve explanação sobre algumas pistas de como o debate sobre gênero, raça e classe tem sido conduzido no Serviço Social. Por fim, no último tópico, iremos realizar uma síntese reflexiva temporária à luz da TRS para o Serviço Social.

Contribuições teórica-reflexivas da TRS: as classes sociais são generificadas e racializadas

A produção de mercadorias e a reprodução da força de trabalho são dimensões relacionais no processo de produção de mais valor, na sociedade capitalista. Ou seja, para que possamos compreender o que é produção, em sua totalidade, precisamos nos atentar ao “seu lado invisível” que não está inscrito no âmbito produtivo, que é a reprodução social da mercadoria especial: a força de trabalho. Essa força de trabalho precisa ser gerada, criada, disciplinada e mantida cotidianamente e geracionalmente. Isso quer dizer que para que o mundo capitalista funcione perfeitamente algo precisa ser garantido: as pessoas precisam estar aptas a vender a sua força de trabalho, diariamente, e isso requer que estejam alimentadas, vestidas e, minimamente, dispostas física e psicologicamente.

Como bem nos lembra Françoise Vergés, no seu livro “Um feminismo decolonial” (2020), as mulheres negras e racializadas como não brancas, são as que todos os dias, “abrem” as cidades. Elas limpas os espaços para que o capitalismo conformado por suas relações sociais generificadas e racializadas funcione. “São essas mulheres que desempenham um trabalho perigoso, mal pago e considerado não qualificado, inalam e utilizam produtos químicos tóxicos e empurram ou transportam cargas pesadas, tudo muito prejudicial à saúde delas. Geralmente viajam por longas horas de manhã cedo ou tarde da noite.” (Vergés, 2020, p.20).

Conjuntamente a esse grupo, nos lembra Vergés, existem as mulheres racializadas como não brancas que exercem o trabalho doméstico e de cuidados, deixando, muitas vezes, suas/seus filhas/os sozinhas/os para cuidarem da casa, dos/as filhos/as e das pessoas idosas das famílias brancas. Para que homens e mulheres dessas famílias brancas possam chegar nos locais limpos e seguros com seus corpos “sarados”, saudáveis, funcionais e eficientes. A relação dialética entre esses grupos raciais de brancos e não brancos conforma as complexidades das relações classistas no capitalismo. Quando aprofundamos essa análise para pensar os locais de moradia e como as famílias negras acessam (ou melhor, não acessam) saneamento básico e alimentos saudáveis, as discrepâncias se tornam mais gritantes.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

A Teoria da Reprodução Social – ou teoria unitária – nos ajuda a apreender melhor essa relação. Assume-se, a partir dessa perspectiva, que a opressão às mulheres no capitalismo possui uma especificidade da qual não é possível apreendê-la analisando o patriarcado trans-histórico ou patriarcado anterior ao capitalismo². A base material da opressão às mulheres, neste modo de produção, está relacionada a uma multiplicidade de fatores resultantes da relação estrutural *necessária-porém-contraditória* entre a reprodução da vida (produção e reprodução da força de trabalho) e a reprodução do capital (Vogel, 2022; Ruas, 2021).

É esta relação, construída historicamente, que impulsionaria o capital e o Estado a regular a capacidade biológica das mulheres e a restringir e degradar os meios de produção da vida dos trabalhadores, de modo que a força de trabalho esteja sempre disponível para a exploração e para uma maior extração de mais-valia. (Ruas, p.396, 2021).

Nesse sentido, para a TRS, uma perspectiva do feminismo-marxista, a opressão às mulheres no capitalismo está relacionada a condição forjada social e historicamente às mulheres de serem as principais responsáveis pela reprodução social dos seres humanos em três esferas: biológica, social e geracional. Isso quer dizer que para que o circuito de valor se materialize no âmbito produtivo – para que haja exploração da força de trabalho – um trabalho anterior, “invisível”, precisa se garantir. Esse trabalho consiste em **a)** reprodução diária da força de trabalho que está sendo explorada cotidianamente no mercado de trabalho, por meio de trabalhos de provimentos materializados com os trabalhos doméstico e de cuidados, como o acesso a alimentação, vestuários, descanso etc; **b)** reprodução do conjunto da classe trabalhadora que não está vendendo a sua força de trabalho, como crianças, pessoas idosas e enfermos³; **c)** reprodução biológica da espécie, por meio de ações que envolvem o gestar, parir, lactar, cuidar, educar e disciplinar novos seres humanos que irão vender a sua força de trabalho futuramente.

Aqui é importante compreender que a reprodução também é forjada enquanto um dispositivo de controle, não à toa, enquanto movimentos feministas, estamos lutando contra a descriminalização e pela legalização do aborto. Hoje podemos ver toda o debate e efervescência em torno dessa pauta. Pode ter sido com Eduardo Cunha no passado, com Arthur Lira no

² É importante frisarmos que, embora a “Origem da Família da Propriedade Privada e do Estado”, do Engels (2012) tenha sido uma obra relevante para o feminismo socialista e marxista, essa obra possui muitos equívocos que precisam ser analisados com mais cautela pelo Serviço Social, que acaba adotando a obra de forma anacrônica e acrítica. E, nesse sentido, sugerimos a leitura dos livros da Lise Vogel (2022) “Marxismo e opressão às mulheres” e da Cinzia Arruzza “Ligações perigosas: casamentos e divórcios entre feminismo e marxismo” (2019).

³ Basta olharmos para os hospitais e verificarmos quem está como acompanhantes. A tese da Profa. Dra. Verônica Ferreira (2017) “Apropriação do tempo de trabalho das mulheres nas políticas de saúde e reprodução social: uma análise de suas tendências” analisa como o Estado capitalista se apropria de um tempo de vida das mulheres e isso impacta nas suas condições de vida.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

presente ou com o “Estatuto do Nascituro” e a bancada fundamentalista⁴, mas a questão é que a luta por autodeterminação e autonomia reprodutiva é central para as mulheres e para as pessoas que gestam, fazendo parte da luta de classes. Não apenas no que tange ao processo de decidir sobre a própria vida reprodutiva em relação a quando e como ter filhos/as, mas também de acessar meios e condições necessárias de reprodução social que permitam que esse/a filho/a nasça e não seja morto pela violência estatal ou encarcerado/a pelo sistema penal seletivo, que afeta sobretudo as famílias negras e periféricas. Por isso, faz mais sentido falarmos sobre Justiça Reprodutiva, por ser um conceito que amplia a noção de direitos sexuais e reprodutivos, a partir de uma perspectiva racial.

A sexualidade e a reprodução são alvos de controle na sociedade capitalista. É importante perceber que embora em alguns países, sobretudo do norte global, haja a conquista da legalização do aborto, isso está mais relacionado a força política dos movimentos e conjuntura social e política das particularidades regionais, do que uma característica iminentemente capitalista. Coadunando com esse fenômeno, o capitalismo determina o controle da sexualidade, mas também, dialeticamente, atua com práticas de permissão e não apenas por meio da punição.

Nesse sentido, a heterossexualidade compulsória (Rich, 2010; Butler, 2012), associada à cisgeneridade (Vergueiro, 2016), é constituinte das relações sociais generificadas e racializadas do capitalismo, pois são estes fenômenos sociais que tensionam os modelos de família reconhecidos pelo Estado capitalista, como famílias subsumidas ao padrão cishetenormativo, mesmo que haja avanços no reconhecimento dos direitos de casais e pessoas LGBTQIAPNB+. A ininteligibilidade das existências dissidentes à normatividade cisheterossexista, ou cisheteropatriarcal (Oliveira, 2021), forjada historicamente, por meio de complexas relações sociais, é resultado desse modelo de sociedade que combina classe, raça e gênero de forma indissociável. Não à toa, mesmo com as conquistas do âmbito do reconhecimento (Fraser, 2006), as populações trans e travestis são ainda as mais assassinadas e violentadas, porque as suas existências e corporeidades afrontam o modelo cishetenormativo, cisgênero e binário das relações generificadas capitalistas. A partir da TRS, assumimos que o modelo familiar monogâmico e heterossexual é a forma mais barata e confiável para manter a reprodução biológica, geracional e social da força de trabalho, no capitalismo (Arruzza, 2015).

⁴ Flávia Biroli e o Luis Filipe Miguel (2016) possuem alguns estudos históricos sobre todos os projetos de lei que tramitam ou tramitaram no Congresso e que buscam considerar a vida desde a concepção, tentando, inclusive, criminalizar o aborto em casos de estupros – como esse projeto de lei 1904 – que não é a primeira, nem a última e nem a única tentativa de criminalizar o aborto em todos os casos.

Essa lógica binária sexo/gênero é colonialista e faz parte do que a autora decolonial María Lugones (2008) categoriza como “colonialidade de gênero”. Essa normatização binária e cisheteronormativa foi racializada a partir do processo de colonização, ocorrido na acumulação primitiva do capitalismo. Isso quer dizer que a concepção de humanidade desenvolvida a partir da colonização sobre quem é homem e quem é mulher foi negada as pessoas escravizadas da diáspora africana e as pessoas originárias que habitavam Abya Yala - poderíamos iniciar várias reflexões sobre o debate anticapacitista e antiespecista a partir dessa chave. Nesse sentido, o gênero é uma categoria racializada desde os primórdios do capitalismo. As mulheres racializadas enquanto não brancas não foram concebidas como mulheres, embora tenham sido alvo do estupro e da violência sexual pelos europeus dando início à miscigenação.

Uma análise histórica, tão cara ao materialismo histórico dialético, não desracializa o gênero, assim como não desgenerifica a raça. Essa questão é muito importante para o Serviço Social, que embora esteja mais atento aos debates sobre raça e gênero, tem realizado, em grande medida, uma análise que considera, em muitos sentidos, apenas *raça* e *classe* ou, por outro lado, apenas *gênero* e *classe* (Oliveira, 2021). Isso evidencia uma tendência antitotalidade e antimediação, pois há uma fragmentação de categorias que são compostas por diversas dimensões indissociáveis. Portanto, não estamos falando em somar ser mulher + ser negra + ser pobre + ser lésbica (poderíamos adicionar mais uma série de marcadores). Não se trata de quantidade, mas sim qualidade (Saffioti, 2009). Não é uma tripla ou quádrupla opressão, mas sim uma qualidade opressiva que não pode ser aprendida somando suas partes, mas apreendendo as suas relações co-constitutivas.

Serviço Social, classe, gênero e raça: confluências históricas

A partir da década de 1990, o Serviço Social passa a desempenhar debates em torno do gênero, da raça e sexualidade. Esse processo é indissociável da constituição do Projeto Ético Político do Serviço Social (PEPSS), momento no qual a categoria profissional se posiciona publicamente em defesa da liberdade como valor ético central, em defesa intransigente dos direitos humanos e em respeito à diversidade humana. São princípios da luta pela universalização dos direitos e da justiça social, expressos desde o Código de Ética de 1993 e nas Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social, em 1996. Essa década é marcada, portanto, pelo posicionamento explícito da profissão no enfrentamento a todos os tipos de opressões, discriminações e preconceitos.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Nesse decurso, pode-se identificar a superação do “marxismo vulgar” (Quiroga, 1989) e uma inclinação ao debate ontológico de diversidade humana. Os preconceitos de raça, gênero, sexualidade e orientação sexual são categorizados como resultados das relações sociais capitalistas que produzem e reproduzem desvalores, incorporados acriticamente no cotidiano. Essa conquista permitiu que a profissão adensasse a reflexão crítica que envolvesse a situação das mulheres, da população negra e LGBTQIAPBN+, o que resultou em um posicionamento crítico, por meio do Código de Ética de 1993.

Entretanto, a profissão não incorporou os estudos feministas, raciais e de sexualidades como referências balizares da formação profissional, o que ainda se encontra em curso, atualmente. É inquestionável a postura ética-política que o Serviço Social passou a assumir por meio do PEPSS, na década de 1990, mas não houve um compromisso teórico-metodológico à altura que fundamentasse melhor a compreensão das particularidades que envolvem as relações racializadas e generificadas do capitalismo periférico e dependente brasileiro. Mesmo as décadas de 1980 e 1990 sendo o momento em que se constituem diversos grupos de estudos feministas, negros e sobre sexualidade, no Brasil, por meio de Programas de Pós-Graduação, sobretudo nas Ciências Sociais. As formulações acerca do gênero são ainda anteriores: começaram a ser elaboradas em 1970, com ampla absorção no Brasil na década de 1990 (Piscitelli, 2009).

Portanto, cabe a indagação: **por que houve resistência, no interior da categoria profissional, à incorporação dos estudos feministas, raciais e sobre sexualidade em sua dimensão teórico-metodológica?** Acreditamos que essa resistência está calcada nas interpretações economicistas da teoria marxista que designou a centralidade da classe, desconsiderando outras dimensões co-constitutivas da totalidade social, materialmente relacionadas ao capitalismo. Por mais que o Serviço Social estivesse atento à luta contra todas as formas de discriminação e preconceito, internamente criou uma blindagem teórico-metodológica, inclusive contrária à defesa do pluralismo. Esses equívocos interpretativos não estiveram apenas circunscritos ao Serviço Social, mas fizeram parte de uma geração de intelectuais e ativistas da esquerda marxista no Brasil e na América Latina.

Para essa esquerda, tanto a luta feminista como as lutas antirracista e da comunidade LGBTQIAPBN+ eram designadas como questões “meramente culturais”, que seriam solucionadas após a constituição de uma nova sociedade. Dessa forma, essas dimensões “subjetivistas” não deveriam fazer parte do marxismo, tampouco da luta de classes. Esse abstruso argumento teve consequências políticas profundas, sobretudo, com o advento da pós-modernidade, após o fim do



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

“socialismo real” (Fraser, 2006), momento no qual as lutas por reconhecimento ganharam centralidade, em detrimento da luta de classes. Esse cenário complexificou as determinações, dificultando a constituição de um *marxismo não domesticável* (Tible, 2018). Tanto o advento da pós-modernismo, quanto a postura economicista de algumas tendências marxistas, dificultaram que as lutas feministas, antirracistas e anti-LGBTfóbicas se apropriassem mais intimamente da teoria revolucionária marxista como instrumento teórico-político. Evidentemente, muitos/as resistiram, como Clóvis Moura, Lélia Gonzalez, Angela Davis, Heleieth Saffioti, os/as autores/as que construíram as revoluções no continente africano, como Franz Fanon, Amílcar Cabral, Samora Machel, dentre vários/as outros/as.

Diante dessa telegráfica análise, podemos afirmar que desde a década de 1990, configura-se um esforço no Serviço Social em desenvolver de forma mais intensa as dimensões ético-política e técnico-operativa em torno das questões raciais, de gênero e sexualidade — por meio das campanhas e resoluções lançadas historicamente no interior da profissão, associadas, sobretudo, ao exercício profissional⁵. Entretanto, há um menor desenvolvimento da dimensão teórico-metodológica, que ainda é percebida como uma dimensão bastante marginal na formação profissional.

Assumimos que as dimensões ético-política, técnico-operativa e teórico-metodológica são indissociáveis, afinal, na prática a teoria não é outra (Santos, 2013) e, por isso, prevalece a unidade entre exercício profissional e formação profissional. Fato que torna essa questão ainda mais grave, pois a ausência de uma fundamentação teórica-metodológica que apreenda com coerência científica e metodológica os determinantes das relações sociais capitalistas generificadas e racializadas pode impelir prejuízos à instrumentalidade do/a assistente social, que no momento de interação com os/as usuários/as não vai saber preencher o quesito raça/cor/etnia, vai apresentar dificuldades em lidar com uma pessoa transexual, travesti, não-binária ou uma pessoa indígena, dentre outras ações que refletem despreparo profissional. Logo, consideramos que na processualidade histórica da profissão avançamos bastante em torno das temáticas da raça, do gênero e da sexualidade, nas últimas décadas, de etnia quase nada, mas tudo ainda insuficiente.

⁵ À guisa de exemplo desse compromisso ético-político temos as seguintes campanhas: *O Serviço Social mudando o Rumo da História: reagir contra o racismo é lutar por direitos* (2005), *O amor fala todas as Línguas: Assistente Social na luta contra o preconceito* (2006) e *Assistentes Sociais no combate ao racismo* (2017-2020). Em 2016, foi lançada a série *Assistente Social no combate ao preconceito*, contemplando as temáticas que envolve o preconceito, o uso de drogas, a transfobia e o racismo. Além das campanhas, construiu por meio do acúmulo teórico e político, as resoluções CFESS n.489/2006, CFESS n. 615/2011 e CFESS n. 845/2018, que reiteram o reconhecimento da diversidade humana pelos/as assistentes sociais.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

A criação do Grupo Temático de Pesquisa (GTP) da ABEPSS “Serviço Social, Relações de Exploração, Opressão e Resistências de Classe, Gênero, Raça/Etnia e Sexualidades” da ABEPSS, em 2010, é um marco de extrema relevância nesse decurso. Assim como a publicação, no ano de 2014, de duas edições da *Revista Temporalis* (n. 27 e n. 28, vol. 14) intituladas *Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades*. Por meio destas é possível localizar mais explicitamente o resultado de uma luta histórica realizada por um conjunto de feministas e dissidentes sexuais e de gênero que ocuparam o ABEPSS, ENESSO e o conjunto CFESS/CRESS, reivindicando a importância e visibilidade das pautas que atravessam a existência das mulheres, das pessoas negras, indígenas e LGBTQIAPNB+ (Oliveira, 2021).

Podemos considerar que outra determinação importante no avanço do debate, na última década, está relacionada ao processo de implementação de cotas raciais e sociais que alteraram (e continuam alterando) o caráter quase exclusivista branco e elitista das universidades brasileiras. Com a entrada e permanência de estudantes negros/as, indígenas, periféricos/as e da comunidade LGBTQIAPNB+, outras epistemes começaram a ser produzidas, socializadas e capilarizadas nos cursos de graduação e pós-graduação. O Serviço Social também foi (e está) impactado por esse processo.

Historicamente, muitas/os assistentes sociais estiveram travando esse debate no interior do Serviço Social⁶, confluindo com um encontro intergeracional entre as que vieram antes e as que surgem hoje, pois as gerações recentes e mais antigas encontraram universidades bem distintas. Como exemplo, atualmente, alguns cursos de Serviço Social já possuem no Projeto Político Pedagógico do Curso disciplinas de caráter obrigatório em relação ao debate racial, de gênero e sexualidade – por mais que ainda não seja a maioria na realidade brasileira, mas é um começo. Há dez anos isso era impensável, embora o GTP da ABEPSS esteja falando a importância dessas disciplinas desde a sua constituição, em 2014. Essa conquista é histórica e deve ser louvada, mas ainda assim, é insuficiente, pois é importante que todas as disciplinas considerem o debate de gênero, raça e sexualidade, nos três Núcleos de Formação Profissional

⁶ Como as Profas. Magali da Silva Almeida e Elisabete Aparecida Pinto, no debate racial; os Prof. Marco José de Oliveira Duarte e Guilherme Silva de Almeida, no debate sobre sexualidade; Profas. Telma Gurgel, Marlene Teixeira e Maria Regina de Ávila, no debate sobre gênero; Silvana Mara e Marylucia Mesquita, no debate sobre diversidade humana, como várias/os outras/os assistentes sociais docentes que também compuseram a gestão do Grupo Temático de Pesquisa (GTP) da ABEPSS “Serviço Social, Relações de Exploração, Opressão e Resistências de Classe, Gênero, Raça/Etnia e Sexualidades” da ABEPSS, como Mirlia Cisne Álvaro, Fernanda Marques de Queiroz, Bruna Andrade Irineu, Milena Fernandes Barroso, Valdenízia Bento Peixoto, Janaiky Pereira de Almeida, Marcia Campos Eurico e Maria Ildiana Diniz.

(vida social, formação sócio histórica e trabalho profissional) das Diretrizes Curriculares, o que bem sabemos não é verdade.

Em uma pesquisa recente (Oliveira, 2023), houve a identificação de alguns traços históricos e tendências teórico-metodológicas na produção de conhecimento que analisa a relação entre classe, raça e gênero, dentro do Serviço Social, observando que ainda prevalece um caráter que *desracializa o gênero e desgenerifica a raça*, tendo como dimensões centrais, como dito anteriormente, uma análise *do gênero e da classe*, por um lado, ou *da raça e da classe*, por outro. O que é bastante preocupante. Nesse sentido, a Teoria da Reprodução Social, conjuntamente com elaborações dos estudos Decoloniais, podem ser apresentados como ferramentas interessantes nesse processo de desenvolvimento de mediações que não fragmente a totalidade social, por meio de um aprimoramento mais sistemático do materialismo histórico-dialético.

Abre caminhos: confluências entre a Teoria da Reprodução Social, Decolonialidade e o Serviço Social

Neste trabalho, tivemos a pretensão de apresentar a perspectiva da Teoria da Reprodução Social, em diálogo com os estudos Decoloniais, como uma possibilidade que pode garantir maior adensamento analítico aos estudos sobre classe, gênero e raça a partir da categoria totalidade social⁷, no Serviço Social. Embora a TRS não tenha sido a primeira perspectiva a relacionar gênero, raça e classe a partir da teoria marxista, pois as feministas negras socialistas foram as pioneiras, como o Coletivo Combahee River, essa teoria ajuda a “[...] denunciar a relação contraditória-porém-necessária existente entre os processos de produção de valor e os processos de produção da vida (o que implica a desvalorização da vida e processos múltiplos de controle e desumanização).” (Ruas, 2021, p. 397).

E, nesse sentido, autoras contemporâneas da TRS pretendem confluir com produções teóricas marxistas que já anunciavam a complexa relação entre classe, gênero e raça, entendendo que, embora algumas hierarquias sociais existissem antes do capitalismo (como o patriarcado), é no capitalismo que se inaugura uma capacidade sistêmica, forjada pela subsunção do valor, de romper com algumas estruturas, mas, também, reestruturar e preservar outras

⁷ Vale destacar que Lise Vogel (2022), a precursora da TRS, não tenha rompido com as hierarquias entre “econômico” e “cultural”, evidenciando um ranço estruturalista em sua análise marxista (Ruas, 2021). Mesmo diante desse limite, consideramos que ela realizou um grande trabalho teórico ao analisar a opressão às mulheres no capitalismo, à luz d’O Capital, de Karl Marx.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

“unificando diferentes relações sociais em uma totalidade complexa, e nesse processo, modificando todas.” (Ruas, 2021, p.404.). A noção de totalidade social, tão cara ao materialismo histórico dialético, é o primeiro ponto de partida para a TRS e, nesse sentido, as classes sociais são assumidas como generificadas e racializadas, sendo, portanto, dimensões indissociáveis.

A aparência fenomênica das mercadorias é central na sociedade capitalista, mas é a *força de trabalho* a única capaz de produzi-las e, nesse sentido, a centralidade das mercadorias deriva, em última instância, do trabalho humano. Então cabe-nos questionar: como as pessoas são produzidas e reproduzidas socialmente? E, evidentemente, como o Estado atua na regulação dessas existências, seja no processo de provimentos básicos – como acesso ao saneamento básico, saúde e educação, seja no processo de desumanização e estigmatização de vidas – atuando, como por exemplo, como agente importante do genocídio da população negra. A chave da reprodução social, portanto, nos ajuda a analisar uma dimensão importante, e diríamos privilegiada, da luta de classes, rompendo com a estrutura economicista que homogeneizou a tradição marxista historicamente.

Nesse sentido, o campo da reprodução social contribui no processo de localizar o foco das expropriações do capital condizentes com esse momento de acumulação e de crise estrutural do capital (Mandel, 1990), no qual podemos localizar, por exemplo, a existência de refugiados, devido às guerras, violências, aos conflitos internacionais, crimes ambientais e ao aumento da pobreza. Esses sujeitos “foram expropriados de seus tetos, terras, empregos, em escala mundial sem precedentes” (Boschetti, p.56, 2017). São novos “condenados da terra” (Fanon, 2022) que sofrem ainda com as tentativas imperialistas e neocoloniais, como no caso da Palestina, sendo pessoas, em sua maioria, racializadas como não-brancas.

No Brasil, os condenados da terra expropriados são historicamente as pessoas indígenas e quilombolas, que sobrevivem e buscam forma de resistência secular diante da expansão do agronegócio, que impacta, diretamente, a terra que vivem e se sustentam. O território-corpo-indígena é uma unidade, portanto, a existência indígena é condicionada à terra e à natureza. Esses condenados estão sendo, cada dia mais, empurrados para o pauperismo, uma realidade da qual somos intimados/as, como assistentes sociais, a intervir. Nesse processo de ampliação dos setores de extração de mais-valor (Fontes, 2010), as expropriações no campo da saúde, educação, dos direitos trabalhistas e previdenciários, dentre outras, se materializam. Além de incidir em um processo de aumentar a disponibilidade do/a trabalhador/a para o mercado, o capital cria “novas” formas de acumulação e extração de mais-valor.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Esse ponto é muito importante para a Teoria da Reprodução Social, pois, por meio dessa perspectiva, assumimos que a relação *necessária-porém-contraditória* do capitalismo com o trabalho reprodutivo coloca este trabalho, concomitantemente, como um limite à acumulação (pois, enquanto as pessoas estão realizando trabalhos reprodutivos, elas estão ocupadas e indisponíveis para a produção) e como uma dimensão inexorável à produção de valor (pois, as pessoas precisam repor as energias físicas e mentais para voltar para o trabalho produtivo, cada vez mais, em limites de exaustão), refletindo em uma crise reprodutiva-social⁸.

Essa arena contraditória é onde estamos atuando, diariamente, nos diversos espaços sócio ocupacionais. Somos convidados/as a responder demandas urgentes que impactam as condições de vida e reprodução social da classe trabalhadora, em especial, dos/as usuários/as negros/as, em condições de violações sistemáticas e de precarização de acesso aos direitos sociais, o que inclui, em grande medida, o trabalho, a saúde, a educação, o saneamento básico, dentre outras questões, reveladas também pela dinâmica do racismo estrutural (Almeida, 2018) e, conseqüentemente, do racismo ambiental. Esse racismo é generificado. Sempre foi. As dinâmicas complexas que materializam a existência da classe trabalhadora se revelam como generificadas e racializadas, sendo determinadas por negligências e privilégios relacionais, em uma relação desigual e combinada, que coloca o homem-branco-cis-hetero no topo social, ao passo que destina à mulher negra e às populações trans e travestis a base precarizada da existência desumanizada.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2018.

ARRUZZA, Cinzia. **Ligações perigosas**: casamentos e divórcios entre marxismo e feminismo. São Paulo, Editora Usina, 2019.

_____. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. **Revista Outubro**, v. 23, p. 33-58, 2015

⁸ De acordo com Rhaysa Ruas (2021, p.407) “[...] para produzir cada vez mais valor, o capital tende a precarizar as condições de reprodução da vida, restringindo, progressivamente o acesso dos trabalhadores aos meios necessários à sua subsistência (FRASER, 2017, p. 22). Há uma tendência ao empobrecimento da classe trabalhadora e à crise do cuidado, a partir de uma pressão constante para que a esfera da reprodução social seja cada vez mais reduzida pelos proprietários do capital e através do Estado. Assim, o capitalismo gera um cenário no qual duas relações opostas são contraditoriamente unificadas (BHATTACHARYA, 2017, p.11). Há uma permanente crise reprodutiva-social (FRASER, 2017).”



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

BOSCHETTI, Ivanete. Agudização da barbárie e desafios ao Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, n. 128, p. 54-71, 2017.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luís Felipe (Orgs.). **Aborto e democracia**. 1. Ed, São Paulo: Alameda, 2016, p. 242.

BUTLER, Judith. **Cuerpos que importan**: sobre los limites materiales y discursivos del “sexo”. Buenos Aires: Paidós: 2012.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Dados complementares ao perfil de Assistentes Sociais no Brasil**: Formação, Trabalho e Participação Sociopolítica. Brasília, 2024.

DAVIS, Angela. **As mulheres negras na construção de uma nova utopia**. 1997. Disponível em:
<
<https://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-angela-davis/>
>. Acesso em: 15.ago.2024.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FERREIRA, Verônica Maria. **Apropriação do tempo de trabalho das mulheres nas políticas de saúde e reprodução social**: uma análise de suas tendências. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco – PPGSS/UFPE para obtenção do título de Doutora em Serviço Social, 2017.

FERGUSON, Susan. Feminismos interseccional e da reprodução social: rumo a uma ontologia integrativa. **Cadernos Cemarx**, n. 10, 2017.

FERGUSON, Susan; MCNALLY, David. Capital, força de trabalho e relações de gênero. Tradução de Maíra Silva, revisão técnica de Mariana Luppi. In. **Revista Outubro**, n. 29, p. 23- 59, novembro de 2017.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2010.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. **Cadernos de Campo** (São Paulo 1991), v. 15, n. 14-15, p. 231-239, 2006.

LUGONES, María. Colonialidad y género. **Tabula rasa**, n. 09, p. 73-101, 2008.

MANDEL, E. **A crise do capital**. São Paulo: Ensaio/Ed. da Unicamp, 1990.

OLIVEIRA, Rayane Noronha. **Serviço Social, Classe, Gênero e Raça**: tendências teórico-metodológicas e as possíveis contribuições da Teoria Unitária. 2021. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2021.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

_____. Serviço Social, Gênero, Raça e Classe: do compromisso Ético-Político à Produção Científica. **Temporalis**, v. 23, n. 46, p. 120-136, 2023.

PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, H. B.; SZWAKO, J. E. (orgs.). **Diferenças, igualdade**. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 4, n. 05, 2010.

RUAS, Rhaysa. Teoria da Reprodução Social: apontamentos para uma perspectiva unitária das relações sociais capitalistas. **Revista Direito e Práxis** 12 (2021): 379-415.

SAFFIOTI, Heleieth. Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres. **Série Estudos/Ciências Sociais/FLASCO-Brasil**, p. 13-19, 2009.

SANTOS, Cláudia Mônica Dos. **Na prática a teoria é outra?** Mitos e dilemas na relação entre teoria, Prática, Instrumentos e Técnicas no Serviço Social. 3. Ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

TIBLE, Jean. **Marx selvagem**. Editora Autonomia Literária LTDA-ME, 2018.

QUIROGA, Consuelo. **Uma invasão às ocultas**: Reduções positivistas no marxismo e suas manifestações no ensino da Metodologia no Serviço Social. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais: UFMG, 1989.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. São Paulo: Ebu Editora, 2020.

VERGUEIRO, Viviane. Pensando a cisgeneridade como crítica decolonial. **Enlaçando sexualidades**: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero [online]. Salvador: EDUFBA, p. 249-270, 2016.

VOGEL, Lise. **Marxismo e a opressão às mulheres**: rumo a uma teoria unitária. São Paulo: Expressão Popular, 2022.